



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2518 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 11 - Política da Educação Superior

A LICENCIATURA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DOS IFs ? 2009-2016
Anderson Teixeira Boanafina - FUNDAÇÃO INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Resumo

O presente pôster tem por objetivo apresentar o atual cenário da Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica-EPT nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia-IFs. Uma análise com base em dados do Censo do Inep que demonstra a regressão na oferta dessa licenciatura, não somente, pela falta de uma política direcionada à formação docente para a EPT, mas, também, pelo que Otranto (2011) já apontava como sendo um dos desafios para os IFs – *tornar-se uma IES*. Doravante, são apresentados os resultados iniciais de uma pesquisa qualitativa, básica, apoiada em fontes bibliográficas e documentais, em andamento, cujo tema é a *formação de professores para a educação profissional nos IFs*. Espera-se que os resultados obtidos subsidiem reflexões acerca da licenciatura, no âmbito da educação profissional, lançando luz sobre a necessidade de investimentos na formação de quadros para o magistério dos cursos técnicos.

Palavras-chave: Licenciatura; Educação Profissional; Formação Docente; Institutos Federais.

A LICENCIATURA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DOS IFs – 2009-2016

Resumo

O presente pôster tem por objetivo apresentar o atual cenário da Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica-EPT nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia-IFs. Uma análise com base em dados do Censo do Inep que demonstra a regressão na oferta dessa licenciatura, não somente, pela falta de uma política direcionada à formação docente para a EPT, mas, também, pelo que Otranto (2011) já apontava como sendo um dos desafios para os IFs – *tornar-se uma IES*. Doravante, são apresentados os resultados iniciais de uma pesquisa qualitativa, básica, apoiada em fontes bibliográficas e documentais, em andamento, cujo tema é a *formação de professores para a educação profissional nos IFs*. Espera-se que os resultados obtidos subsidiem reflexões acerca da licenciatura, no âmbito da educação profissional, lançando luz sobre a necessidade de investimentos na formação de quadros para o magistério dos cursos técnicos.

Palavras-chave: Licenciatura; Educação Profissional; Formação Docente; Institutos Federais.

INTRODUÇÃO

A educação para o trabalho, no Brasil, tem sido um desafio para governos e sociedade há, pelo menos, dois séculos. Uma equação cujos componentes envolvem projetos coletivos, na visão governamental; e individual, representada pelas aptidões e desejos do ser humano que, não necessariamente, vem ao encontro do coletivo. Uma história marcada, também, pela “dualidade estrutural” (KUENZER, 2007, p. 27), onde a escola primária e profissionalizante estaria destinada aos pobres para “formar a classe dos trabalhadores manuais”, enquanto a escola propedêutica e superior, caminho dos mais abastados da sociedade, “formaria a classe dos trabalhadores intelectuais”. Essa dualidade forjou na

sociedade um estigma que associa, desde o período colonial, o ensino de técnicas de produção aos escravos, a pobreza e ao assistencialismo.

Não sendo uma escola única, nem unificadora de classes, a formação dos seus docentes também está inserida nesse contexto de dualidade. Enquanto o ensino propedêutico valoriza a licenciatura como condição básica para o magistério; para o ensino profissionalizante o simples *saber fazer* ou, mais recentemente, ter o *notório saber profissional* (Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96)^[ii], já “o qualifica” para a função. Nessa concepção, o saber pedagógico do docente é dispensável, pois uma educação instrumental, formadora do trabalhador, é mais adequada ao sistema produtivo capitalista.

Um movimento no sentido de reverter as perdas geradas pela escola dual teve início com a promulgação do Decreto-lei n. 5.154/2004 (BRASIL, 2004) que, viabilizando a integração curricular, trouxe tanto a possibilidade de articulação entre o ensino técnico e o médio (Art. 4º) quanto o retorno aos debates sobre a formação docente para atender as especificidades do ensino profissional.

Com a criação dos IFs, pela Lei no 11.892/2008, acreditava-se que a licenciatura para o exercício do magistério na EPT ganharia uma nova dimensão, especialmente por estabelecer, dentre os objetivos dos IFs, a oferta de 20% das suas vagas para “[...] cursos de licenciatura, [...] com vistas na formação de professores para a educação básica, [...] e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Entretanto, de acordo com os dados dos Censos da Educação Superior, os IFs, aparentemente, não estão conseguindo atingir, nesse segmento de formação, o desempenho esperado para o processo de reversão do quadro de deficiências da formação docente para a EPT.

LICENCIATURAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS IFS

Os IFs são instituições de educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008, Art. 2º). Embora tenham sido criados em 2008, o perfil dos IFs já estava esboçado na formulação do Plano de Desenvolvimento da Educação – (PDE 2007-2014), com a proposta de reorganizar o modelo da EPT e atender as diferentes modalidades de ensino, inclusive a formação de professores para a educação básica. Nesse sentido, os IFs surgem como uma ação estratégica de associar a expansão capilar da educação profissional ao ensino superior e, atualmente, a rede é formada por 38 IFs e 644 *campi* que, em alcance, representa a presença em 568 municípios e em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, de acordo com os dados disponibilizados pelo site do MEC^[iii].

No cenário da Educação Superior no Brasil, os IFs aparecem em pleno processo de expansão. Os dados dos Censos de 2009 a 2016 (BRASIL, 2017) indicam a ampliação no quantitativo de vagas ofertadas, de 21 mil para 56 mil, e crescimento de candidatos inscritos nos processos seletivos, de aproximadamente 128 mil para 1.17 milhões, entre os anos de 2009 a 2016.

Gráfico 1 – Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica - Processo Seletivo IFs (2010-2016)



Fontes: Censo da Educação Superior. Inep/Deed. Censos 2010 a 2016

Entretanto, as Licenciaturas para a EPT dos IFs vêm apresentando um movimento inverso. Quando comparado aos demais cursos superiores, a regressiva oferta de vagas fica evidente. Das 448 vagas disponibilizadas em 2010, os IFs reduziram para 85 em 2016 (Gráfico 1). Mesmo quando foi registrado aumento na demanda, entre os anos de 2010 a 2013, nos anos subsequentes a oferta permaneceu em declínio, de acordo com os dados dos Censos (BRASIL, 2017).

Gráfico 2 – Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica - Processo Seletivo Brasil (2010-2016)



Fontes: Censo da Educação Superior. Inep/Deed. Censos 2010 a 2016

No mesmo período houve redução na oferta de vagas, também, pelas demais IES (públicas e particulares). Ao analisar os dados, isoladamente, observa-se que entre os anos de 2010 a 2016 ocorreu uma diminuição média de 70% das vagas nas Licenciaturas para a EPT, seguindo a mesma tendência de baixa na demanda. (Gráfico 2).

Contudo, comparando os dois gráficos, destaca-se o fato que os IFs tenham seguido a tendência das demais IES, mesmo quando a demanda pelo curso apresentava crescimento. Concebido para ser referência no ensino profissionalizante e tecnológico, o IF deveria atuar como fomentador da Licenciatura para EPT, inclusive pela necessidade de qualificar docentes para a sustentabilidade do processo de expansão da educação profissional no Brasil, com destaque para as próprias demandas de seus *campi*. Para MACHADO (2011),

[...] A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é decisiva para que a atual política de expansão, interiorização e democratização dessa modalidade educacional se efetive com qualidade social, produção de conhecimentos, valorização docente e desenvolvimento local, integrado e sustentável. (p. 690)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O desafio posto é identificar os fatores que estão influenciando, no contexto dos próprios IFs, a tendência de extinção dessa licenciatura; visto que nos últimos anos, a questão da formação docente para a EPT vem sendo recorrente em diversos artigos. Autores como Machado (2008 e 2011); Moura (2008) e Otranto (2015), entre outros, debatem sobre a premência de habilitar ao magistério da EPT, tanto os graduados em áreas tecnológicas, que atuam no ensino técnico, quanto profissionais de outras áreas do conhecimento que estão inseridos nessa modalidade de educação.

Entendemos que um desses desafios está, inicialmente, na própria estruturação acadêmica da licenciatura para a EPT no contexto dos IFs, pois há uma série de especificidades que acabam gerando um universo de cursos que podem variar em carga horária, habilitações, níveis e modalidades de ensino. Otranto (2011) lembra que os IFs nasceram de escolas técnicas, agrotécnicas e dos CEFETs; logo, com vocação para o ensino técnico e, segundo a autora:

[...] não estavam preparadas para a transformação em instituições de educação superior, multicampi, com todas as funções, direitos e deveres de uma universidade, [...] além de outras não exigidas para as universidades, mas obrigatórias para os Institutos Federais, tais como: o ensino médio, técnico e educação de jovens e adultos. Como podemos perceber, as atribuições dos IFs vão além daquelas determinadas para as universidades, mas terão que ser desenvolvidas fora da estrutura universitária [...]. (p. 12)

Embora não seja obrigatória, a Licenciatura para a EPT representa uma conquista histórica na valorização do ensino técnico e um passo importante na integração com o ensino médio. Conseqüentemente, como nas demais licenciaturas, deve [...] ser entendida na perspectiva social e alçada ao nível da política pública [...]” (BRASIL, 2015, p. 8), por representar uma importante via do diálogo produtivo, no contexto de uma escola unitária, entre a formação do trabalhador e do cidadão, entre meios de produção e a sociedade, entre trabalho e a educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados do Censo da Educação Superior 2009-2016. Brasília, DF, 2017. Disponível para *download* em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Relator Luiz Fernandes Dourado. Parecer CNE/CP nº 2/2015 aprovado em 9/6/2015. Despacho do Ministro, publicado no *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, de 25 de junho de 2015, Seção 1, pág. 13.

BRASIL. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008- Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 14 fev. 2017.

KUENZER, Acácia. (org). Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, Lucilia Regina de. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Brasília, v. 1, nº 1, 2008. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

MACHADO, Lucilia Regina de. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, 2011.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, nº. 1, p. 23-38, jul. 2015. ISSN 2447-1801. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863/1004>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

OTRANTO, Celia Regina. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: novo locus de formação docente no Brasil. In: João dos Reis Silva Júnior; José Vieira de Sousa; Mário Luiz Neves de Azevedo; Vera lúcia Jacob Chaves. (Org.). Educação Superior: internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas. 9ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora LTDA, 2015, v. 1, p. 229-253

OTRANTO, Celia Regina. A política de educação profissional do governo Lula. Texto apresentado na 34ª. *Reunião Anual da ANPED*, Natal, RN, 2011. Disponível em:< <http://www.anped11.uerj.br/GT11-315%20int.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

[i] Alterada pela Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017.

[ii] <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>